



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J:38.826.576/0001-85.

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A COMPOSIÇÃO DO BDI (BDI DESONERADO E NÃO DESONERADO)

**Empreendimento:** Construção do Centro de Desenvolvimento e Valorização do Servidor – Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá

**Empresa:** SORS Concept Ltda.

**CNPJ:** 38.826.576/0001-85

---

### 1. OBJETIVO

O presente documento tem por objetivo apresentar a **justificativa técnica, jurídica e econômica para a composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI**, utilizadas na formação do orçamento da obra, considerando os regimes:

- **BDI não desonerado**
- **BDI desonerado**

A elaboração deste memorial segue rigorosamente os parâmetros definidos pela legislação vigente e pelos órgãos de controle externo da Administração Pública.

---

### 2. BASE LEGAL E NORMATIVA

A metodologia adotada encontra respaldo direto nas seguintes normas:

#### **Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações**

Art. 23:

O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando custos diretos e indiretos.

Art. 5º:



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J:38.826.576/0001-85.

As contratações públicas observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade e economicidade.

---

### **Decreto nº 7.983/2013**

O Decreto nº 7.983/2013 estabelece regras para elaboração de orçamento de obras públicas financiadas com recursos federais.

Art. 9º:

O custo global de referência deverá ser obtido mediante composição de custos unitários acrescidos de parcela referente ao BDI.

O decreto estabelece que o BDI deve contemplar:

- administração central
- seguros
- garantias
- riscos
- despesas financeiras
- lucro
- tributos incidentes sobre o faturamento

---

### **3. REFERENCIAL TÉCNICO DO TCU PARA COMPOSIÇÃO DO BDI**

A metodologia utilizada neste estudo segue os parâmetros definidos pelo Tribunal de Contas da União, especialmente o:

#### **Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário**

Esse acórdão consolidou os **intervalos referenciais estatísticos para as parcelas do BDI em obras públicas.**



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J:38.826.576/0001-85.

Para obras classificadas como **construção de edificações**, os intervalos referenciais são:

Parcela	1 Quartil	Médio	Médio
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro + Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%

Esses valores foram obtidos pelo TCU mediante análise estatística de milhares de contratos de obras públicas.

---

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO ESTATÍSTICA COM BASE EM SINAPI E SICRO

A definição dos percentuais adotados para o BDI baseia-se também na análise comparativa dos sistemas oficiais de referência de custos:

##### SINAPI

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – mantido pela Caixa Econômica Federal e IBGE.

##### SICRO

Sistema de Custos Referenciais de Obras – mantido pelo DNIT.

Ambos os sistemas são reconhecidos pelo Tribunal de Contas da União como **referenciais oficiais para elaboração de orçamentos de obras públicas**, conforme estabelecido no:

##### Acórdão nº 1.721/2016 – TCU – Plenário

A análise das composições de BDI presentes nos orçamentos referenciais SINAPI demonstra que os percentuais adotados encontram-se dentro dos intervalos estatísticos indicados pelo TCU.



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J.:38.826.576/0001-85.

---

## 5. EQUAÇÃO DE CÁLCULO DO BDI

A equação utilizada para cálculo do BDI segue o modelo consolidado pelo Tribunal de Contas da União:

$$BDI = \frac{(1 + AC + R + S + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC – Administração Central

R – Risco

S – Seguros

G – Garantias

DF – Despesas Financeiras

L – Lucro

I – Tributos

Essa formulação encontra respaldo nos seguintes acórdãos do TCU:

- Acórdão 2622/2013 – Plenário
- Acórdão 2369/2011 – Plenário
- Acórdão 1078/2015 – Plenário
- Acórdão 325/2007 – Plenário

---

## 6. JUSTIFICATIVA DETALHADA DAS PARCELAS DO BDI

### Administração Central

A Administração Central representa o rateio das despesas administrativas da empresa necessárias à execução do empreendimento.

Incluem-se:



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J:38.826.576/0001-85.

- custos de gestão empresarial
- custos administrativos da sede
- departamento jurídico
- planejamento e controle
- contabilidade
- engenharia corporativa
- custos de licitações e contratos

Conforme entendimento consolidado no:

#### **Acórdão nº 2622/2013 – TCU**

essa parcela deve representar a participação da obra na estrutura administrativa da empresa.

---

#### **Seguros e Garantias**

Esta parcela contempla os custos associados à contratação de seguros obrigatórios e garantias contratuais.

A exigência de garantia contratual encontra fundamento no:

Art. 96 da Lei nº 14.133/2021

A critério da Administração, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras e serviços.

O percentual adotado está alinhado com os intervalos referenciais estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União.

---

#### **Riscos**

A parcela de riscos destina-se à cobertura de eventos imprevistos inerentes à execução de obras de engenharia.

Entre eles:



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J:38.826.576/0001-85.

- variações de produtividade
- interferências técnicas
- imprevistos de execução
- riscos logísticos
- riscos de mobilização e desmobilização

O reconhecimento da legitimidade dessa parcela encontra respaldo no:

**Acórdão nº 2622/2013 – TCU**

---

### **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras decorrem da defasagem temporal entre:

- desembolso financeiro da empresa
- pagamento das medições pela Administração

Essa defasagem gera custos financeiros relacionados ao financiamento do fluxo de caixa da obra.

O Tribunal de Contas da União reconhece essa parcela como legítima no:

**Acórdão nº 325/2007 – TCU – Plenário**

---

### **Lucro**

O lucro representa a remuneração empresarial pela execução do empreendimento e pela assunção dos riscos contratuais.

A legitimidade da inclusão do lucro no BDI encontra respaldo no entendimento consolidado do TCU.

Conforme o:

**Acórdão nº 2622/2013 – TCU**

essa parcela deve situar-se dentro dos intervalos estatísticos definidos pelo Tribunal.



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J.:38.826.576/0001-85.

---

## 7. JUSTIFICATIVA DOS TRIBUTOS INCIDENTES

Os tributos considerados na composição do BDI incluem:

### **PIS**

0,65%

### **COFINS**

3,00%

### **ISS**

Conforme Lei Complementar nº 116/2003.

---

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O BDI NÃO DESONERADO

No regime **não desonerado**, a contribuição previdenciária patronal incide sobre a folha de salários à alíquota de **20%**, conforme legislação previdenciária vigente.

Esse regime constitui a forma tradicional de recolhimento das contribuições previdenciárias.

A adoção do BDI não desonerado reflete a realidade tributária de empresas que optam por esse regime.

---

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O BDI DESONERADO

A política de desoneração da folha foi instituída pela:

Lei nº 12.546/2011

Posteriormente alterada pela:

Lei nº 13.161/2015

Para empresas da construção civil, a alíquota da CPRB corresponde a:

**4,5% sobre a receita bruta**



SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J.:38.826.576/0001-85.

Nesse regime, a contribuição previdenciária sobre a folha é substituída pela CPRB.

---

## **10. PRINCÍPIO DA ISONOMIA**

A previsão de BDI desonerado e não desonerado assegura igualdade de condições entre licitantes.

Esse entendimento está alinhado ao:

Art. 5º da Lei nº 14.133/2021

e aos precedentes do Tribunal de Contas da União.

---

## **11. PRECEDENTES DO TCU UTILIZADOS**

A presente metodologia encontra respaldo nos seguintes acórdãos:

- Acórdão nº 2622/2013 – Plenário
- Acórdão nº 2369/2011 – Plenário
- Acórdão nº 325/2007 – Plenário
- Acórdão nº 1078/2015 – Plenário
- Acórdão nº 1721/2016 – Plenário
- Acórdão nº 1848/2016 – Plenário
- Acórdão nº 2445/2016 – Plenário
- Acórdão nº 2906/2013 – Plenário
- Acórdão nº 2862/2013 – Plenário
- Acórdão nº 1977/2014 – Plenário

Esses precedentes consolidam o entendimento técnico do Tribunal de Contas da União sobre formação de preços em obras públicas.





SORS CONCEPT LTDA - ME E N.º DO C.N.P.J.:38.826.576/0001-85.

---

## 12. CONCLUSÃO

A composição do BDI apresentada encontra respaldo técnico, jurídico e econômico, estando plenamente alinhada com:

- Lei nº 14.133/2021
- Decreto nº 7.983/2013
- Lei nº 12.546/2011
- Lei nº 13.161/2015
- Lei Complementar nº 116/2003
- parâmetros estatísticos do SINAPI
- parâmetros técnicos do SICRO
- jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União

Os percentuais adotados encontram-se dentro dos intervalos estatísticos definidos pelo TCU para obras de edificações.

Dessa forma, conclui-se que a metodologia utilizada apresenta consistência técnica, conformidade jurídica e aderência às boas práticas de elaboração de orçamentos públicos, não havendo inconsistências que possam comprometer a validade da estimativa de preços apresentada.

Indaiatuba/SP, 10 de março de 2026.

SORS CONCEPT LTDA  
CNPJ. 38.826.576/0001-85  
LUCAS DE OLIVEIRA AMARO  
CPF. 027.552.932-09.